

A. I. Nº - 299164.1123/05-3
AUTUADO - EBIDINEI SOUZA COSTA
AUTUANTE - JOSÉ VITURINO DA SILVA CUNHA E OSVALDO CEZAR RIOS FILHO
ORIGEM - IFMT-DAT/SUL
INTERNET - 29/05/06

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0175-05/06

EMENTA: ICMS. INSCRIÇÃO CADASTRAL. OPERAÇÃO INTERESTADUAL COM MERCADORIAS DESTINADAS À CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO BAIXADA NO CAD - ICMS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCIDO. Demonstrado que a autuação foi em decorrência de equívoco incorrido pelo emitente da nota fiscal, que se utilizou dos dados cadastrais do sócio, ao invés dos registros da empresa. Auto Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração lavrado em 24/11/2005, cobra ICMS no valor de R\$989,42 e multa de 60%, em decorrência de falta de recolhimento do ICMS na primeira unidade fiscal da Bahia, sobre mercadorias adquiridas em outro estado da federação, para comercialização, por contribuinte baixado no CAD-ICMS, desde 24/11/2004, conforme informação de sistema corporativo dessa SEFAZ às fls 7 do PAF.

Às fls 5 juntou-se Termo de Apreensão e Ocorrências documentando a apreensão de mercadorias autuadas (fls 10) e conhecimentos de transportes com os fretes dessas (fl 9). Foi apostado nesse termo, como detentor das mercadorias, o condutor.

À fl. 13 do PAF, o autuado requereu a transferência de fiel depositário do condutor para a microempresa denominada Ebidinei Costa Souza, também em Itabuna. Teve o seu pleito atendido pela repartição fazendária de sua circunscrição fiscal (fl 20).

O autuado, tomando conhecimento dos fatos, em sua defesa (fl 25) requereu dispensa da multa aplicada, alegando que por um erro do fornecedor a nota fiscal autuada foi emitida para pessoa física, deveria ter sido emitida para a microempresa Ebidinei Costa Souza, ativa no Cadastro Estadual. Concluiu pela improcedência da autuação.

Na informação fiscal (fls 36/37), servidor diligente aduziu que apesar da nota fiscal estar endereçada a pessoa física, a ação fiscal se deu sobre o contribuinte ambulante, que se encontrava baixado. Ressaltou que só por ocasião do pedido de liberação das mercadorias apreendidas o DAE com o imposto por antecipação parcial da nota fiscal autuada foi recolhido. Esclareceu que todos os campos da nota fiscal foram erroneamente preenchidos. Manifestou-se pela procedência da autuação.

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem o processo teço as seguintes considerações:

I – Do Termo de Apreensão (fl 5) se constata, pela quantidade das mercadorias apreendidas, que essas tinham destinação comercial. Essa situação é confirmada pelo autuado, que alega ter havido descuido por parte do fornecedor, ao emitir a nota fiscal autuada, destinando essa à pessoa física, ao invés da microempresa Ebidinei Costa Souza. Para confirmar o alegado, o contribuinte apresentou comunicação do fornecedor reconhecendo o suposto equívoco incorrido.

II – O endereço que consta na referida nota fiscal é o mesmo da citada microempresa. Através de breve pesquisa nos dados cadastrais da SEFAZ, notei que a mesma iniciou atividades em 01/04/2005, após o deferimento da baixa do contribuinte ambulante Ebidinei Costa Souza, e que o responsável por essa tem o mesmo CPF do constante no citado documento fiscal. Essa situação demonstra um encadeamento entre os dois contribuintes aludidos, e que a microempresa é, claramente, uma sucessora do ambulante.

A ressalva de que só por ocasião do pedido de liberação das mercadorias apreendidas o DAE com o imposto por antecipação parcial da nota fiscal autuada foi recolhido não é pertinente com o “fruto” da acusação. Aqui não está se cobrando a antecipação parcial, mas sim a comercialização por contribuinte baixado no CAD-ICMS, com a adição de MVA, portanto outra infração. Provado o equívoco incorrido, entendo que não há como se penalizar o autuado por um erro de seu fornecedor.

Ante o exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº - **299164.1123/05-3**, lavrado contra **EBIDINEI SOUZA COSTA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 17 de maio de 2006

MÔNICA MARIA ROTERS - PRESIDENTE

CLÁUDIO MEIRELLES MATTOS - RELATOR

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - JULGADOR